

BRASIL: mito fundador e sociedade autoritária

CHAUÍ, Marilena. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
Coleção História do Povo Brasileiro, 2000, 103p.

©

Remi Castioni *

O ano de 2000 foi anunciado em todo Mundo como o início do século XXI e a entrada do novo milênio. A comemoração, antecipada pela imprensa em um ano, teve claras conotações mercadológicas. Para nós, brasileiros, além do século e do milênio, a comemoração também marcou os 500 anos da chegada de Pedro Álvares Cabral. Duas vertentes de publicações proliferaram no mercado editorial: *Brasil + 500* e *Brasil, outros 500*. A primeira, de conotações oficiais e a segunda, de caráter reflexivo sobre a nossa tênue trajetória. Além das reedições dos intérpretes do Brasil, como José Bonifácio e Joaquim Nabuco, tivemos outras que há muito aguardavam um melhor acabamento gráfico: *Casa-grande e senzala*, de Gilberto Freyre e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda. Para os saudosistas, no entanto, não é nenhum demérito abdicar de edições anteriores como por exemplo, a primeira edição de *Raízes do Brasil*, prefaciada por Gilberto Freyre na Coleção Estudos Brasileiros da José Olympio, que com razoável esforço ainda a encontramos em algum “sebo”, antes de Antônio Candido ter assumido o prefácio a partir da segunda edição.]

A professora Marilena Chauí nos brinda com uma reflexão na linha do *Brasil, outros 500*. Nas suas cem páginas, a autora desfila com elegância pelo mito fundador, como ela intitula a formação da nossa sociedade. Embora apresente seis capítulos distintos, o conteúdo muito bem poderia ser lido do último para o primeiro. Há uma reflexão que autora persegue: “o que comemorar?” Assim, no primeiro capítulo, ela nos mostra a diferença entre “fundação” e “formação”.

No sentido de elucidar a verdadeira trajetória dos “outros 500”, a autora emprega a palavra “mito fundador” para diferenciá-lo do conteúdo ideológico que carrega a palavra “fundação”. Diferente de “formação”, que na própria acepção diz respeito à formação-transformação, conforme o uso feito pelos historiadores, que englobam nesse processo a continuidade e descontinuidade dos acontecimentos e as determinações sociais e políticas, a “fundação” se refere a um momento passado, a algo perene que se situa fora do tempo e da história. A fundação aparece como emanada da sociedade e, por isso, na sua visão, é um mito, o “mito fundador”. Ele se presta a esse significado pois, com novas roupagens, pode repetir-se indefinidamente.

* Economista, Doutorando da Faculdade de Educação da Unicamp – Grupo de Estudo Trabalho, Cultura, Educação – GETCE. castioni@unicamp.br

No capítulo *A Nação como Semióforo*, a autora, ao buscar o significado da palavra grega *semeiophoros*, encontra a justificativa operada pelo campo do simbólico no emprego de algo que não pode ser traduzido pela sua materialidade e, sim, pelo seu significado. Assim, o emprego da Nação assumiria um sistema de crenças, nas quais todos poderiam se reconhecer, mesmo que representem o poder daqueles que detêm o controle e o domínio sobre o meio social. A Nação então é apresentada como um *semióforo* que, por intermédio da *intelligentsia*, procura mostrar que a sociedade é una e não há divisões de classes.

Reconstruindo o período histórico que marca a formação das sociedades, tanto do “princípio da nacionalidade” (século XIX) como da “questão nacional” (século XX), CHAUI nos apresenta como, no caso brasileiro, há a passagem do caráter nacional para o da identidade nacional. Para tanto, apoiando-se em autores como Dante Moreira Leite, Afonso Celso, Gilberto Freyre e Cassiano Ricardo, mostra como o “caráter nacional” constituiu-se num esquema para explicar determinadas características da sociedade brasileira, que acabaram por não revelar os aspectos da fragmentação dela própria. Com Manoel Bonfim, Silvio Romero e Paulo Prado, teríamos a formulação da “identidade nacional”, cujo significado nos remete a entender a nação brasileira construída sem a diferença; esta se apresenta: no plano individual, a personalidade de alguém; no plano social, o lugar ocupado pela divisão do trabalho e onde a característica da identidade somente teria sentido se fosse concebida como harmônica. Para mostrar o significado desses dois campos (caráter e identidade), a autora, apoiando-se em Silvia Hunold Lara, nos *Campos da Violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*, mostra como nos dois casos o negro foi apresentado como sujeito despojado da sua condição social e política e como a mestiçagem demonstraria uma totalidade social homogênea.

Ela afirmaria, na seqüência, que com o “verde-amarelismo”, no pós-1930, a mestiçagem não é abandonada, mas, ao admitir-se a classe trabalhadora, neutralizam-se os efeitos da ação política dessa classe, por intermédio da legislação trabalhista, inspirada no corporativismo fascista italiano e com a figura carismática do “pai dos pobres”. Com isso, assegura-se que aqui não há lugar para luta de classes, mas para a cooperação e colaboração entre o capital e o trabalho, sob a direção e a vigilância do Estado. Embora de ação e efeitos difusos, entre meados de 1950 e 1960, o “verde-amarelismo”, embalado pelo samba de Ataulfo Alves com a conquista da Copa do Mundo de 1958 “A copa do mundo é nossa; com brasileiro não há quem possa”, dá lugar, em 1970, à marcha dos “Noventa milhões em ação / Pra frente, Brasil, do meu coração”. Agora sob o lema do “Brasil Grande” ou do “Brasil Potência”, na expressão do General Golbery do Couto e Silva, o movimento é preparado nas ruas pela “Tradição, Família e Propriedade”, para mostrar que as esquerdas são responsáveis pela desagregação da nacionalidade, cujos valores – a tradição, a família e a propriedade privada –, devem ser defendidos a ferro e fogo. As tarefas colocadas pelo projeto de 1964 tiveram três frentes: integração nacional – consolidação da nação contra sua fragmentação e dispersão em interesses regionais –, segurança nacional – contra o inimigo interno e externo; a ação repressiva do Estado na luta de classes –, e o desenvolvimento nacional – inspirado nos modelos

ocidentais capitalistas, rotulados de democrata-cristãos. A difusão dessas idéias foi feita por intermédio da educação, em disciplinas como moral e civismo; pela televisão, com a TV Educativa, e pelo rádio, com a “Hora do Brasil”, além de amplos programas públicos, como o MOBREAL, que atingiram o cerne da classe trabalhadora, que recorria aos cursos com a promessa de vencer o analfabetismo, para tanto, negando o método Paulo Freire.

Na parte central do livro, com o “mito fundador”, CHAUI vai destacar que, tanto a América de Colombo, como o Brasil de Cabral não estavam aqui à espera de ambos. Não houve “descobertas” e nem “achamentos”, como se dizia no século XVI, mas, sim, a criação de uma colônia pelos conquistadores europeus e, parafraseando Pero Vaz de Caminha, ela diz: “Nosso Senhor não nos trouxe sem causa”. Para ela, o mito fundador pode ser entendido, então, por intermédio das três operações divinas que vão sustentar o debate nos séculos XVI e XVII: a obra de Deus, a Natureza; a palavra de Deus, a História e a vontade de Deus, o Estado. Na junção das três expressões de inspiração cristã teríamos: a elaboração mítica, o Paraíso; a segunda, a Palavra na formulação teológica cristã e a terceira, na figura do governante, como Rei pela graça de Deus, na elaboração jurídico-teocêntrica. Isso de alguma forma contribuiu para a criação, entre nós, da cultura do populismo, que teria as características herdadas do mito fundador: i) um poder que ativamente se realiza sem recorrer às mediações políticas institucionais, realizando-se por mediações pessoais; ii) um poder pensado e realizado sob a forma da tutela e do favor; iii) um poder que opera na transcendência do governante, como se estivesse ele fora e acima da sociedade; iv) o lugar do poder e seu ocupante são indiscerníveis, pois o lugar do poder encontra-se total e plenamente ocupado pelo governante, que o preenche com sua pessoa e v) um poder de tipo autocrático que, nos dias atuais, com o neoliberalismo e o culto ao individualismo, é reforçado.

No último capítulo: *Comemorar?* CHAUI, a exemplo da sua formulação contida em *Cultura e Democracia* (1981), onde explicita a ideologia da competência e o discurso competente no *BRASIL: mito fundador e sociedade autoritária*, nos mostra o caráter hierárquico da sociedade brasileira e a sua concepção “senhorial”. A delimitação do espaço social é feita pelo constante espelhar-se na “magia” do competente, e isso somente foi possível porque

(...) as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece. As diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação mando-obediência. (...) As relações entre os que se julgam iguais são de “parentesco”, isto é, de cumplicidade ou de compadrio; e entre os que são vistos como desiguais o relacionamento assume a forma do favor, da clientela, da tutela ou da cooptação. (...) (p. 89).

Assim, a divisão de classes é naturalizada por um conjunto de práticas que ocultam a determinação histórica ou material da exploração, sob o signo da nação una e indivisa. Por isso, na sua visão, temos o hábito de supor que o autoritarismo é um fenômeno político que afeta o Estado, quando, na verdade, não percebemos que é a sociedade brasileira que é autoritária e que dela provêm as diversas manifestações do autoritarismo político. Como vemos, “outros 500” terão que surgir para podermos comemorar.